

[91]

Maravilhoso dragão da desigualdade?

07-10-00

[É uma extravagância considerar o desemprego um "mal de luxo"]

[No combate à pobreza, programas de assentamento levam vantagem]

O desemprego é uma das mais flagrantes manifestações de desigualdade. Mesmo que fosse possível compensar a perda de renda por ele provocada, continuaria absurdo subestimar seus gravíssimos efeitos sobre a vida dos indivíduos e de sua família. Há provas abundantes de que seus impactos são vastos e abrangentes: dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez, perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social, acentuação das assimetrias entre os sexos, e assim por diante. O desemprego causa privações não compensáveis por acesso a bens duráveis de elites metropolitanas e quejandos. Por isso, é extravagante considerá-lo um "mal de luxo", como agora estão fazendo jovens e brilhantes economistas cariocas. Luxo é se conformar - entre o Leme e o Pontal - com o desemprego dos outros (perdão, Tim Maia).

Análoga estroinice carioca foi a declaração da secretária de Assistência Social do governo federal, Wanda Engel, segundo quem "o governo que venceu o dragão da inflação vai vencer o dragão da desigualdade". Esta seria a missão do Projeto Alvorada, programa sob sua coordenação, lançado em setembro no Palácio do Planalto. Será que a desigualdade brasileira é fenômeno comparável ao da inflação? Poderia ser "vencida" por governo que adotasse um plano adequado, como foi o Real? A resposta só poder ser um redondo não, pois basta lembrar justamente do desemprego para aquilatar o grau de fanfarronice contido na frase da secretária. E o desemprego é apenas uma das inúmeras dimensões da desigualdade. Não tem cabimento, portanto, assimilar a desigualdade à mitológica imagem de um dragão, fera que poderia ser instantaneamente abatida pela lança certa do bom cavaleiro.

A desigualdade é um mal contra o qual não existe vacina, e que só diminui aos poucos se efetivamente submetido a uma árdua, ferrenha, incessante e paciente ofensiva. Nos EUA, terceiro colocado na classificação mundial do desenvolvimento humano, a taxa de sobrevivência da população negra é bem inferior à da periférica China, o país que aparece em 98o. lugar. Ou seja, os negros americanos não sofrem apenas uma privação em termos de renda per capita quando comparados aos americanos brancos. No que se refere à esperança de vida, sofrem uma privação que chega a ser superior até à dos subdesenvolvidos chineses.

O mérito de uma iniciativa governamental como o Projeto Alvorada não deve, contudo, ser ofuscado por uma frase tão infeliz de sua coordenadora. Terá um excelente resultado se realmente puder reduzir a miséria nos 2.186 municípios com mais baixos índices de desenvolvimento humano, mesmo que o efeito dessa queda da pobreza sobre a desigualdade da sociedade brasileira seja insignificante. Para discutir o mérito da iniciativa, o que importa não é saber o quanto poderá afetar a desigualdade, mas sim compará-la a outros programas de combate à pobreza, com o objetivo de saber se os mesmos recursos não poderiam ser mais bem utilizados.

A comparação de 13 programas brasileiros de combate à pobreza rural realizada por Joachim von Amsberg, economista sênior do Banco Mundial, trouxe muitas surpresas. Uma delas é que o menor custo público por unidade de benefício foi o encontrado no programa de assentamentos. Essa relação é três vezes menor que a distribuição de alimentos, por exemplo. Cada posto de trabalho criado com assentamentos rurais teve um custo médio que despencou de R\$ 7 mil em 1995, para R\$ 3 mil em 1999. Cada família assentada exigiu investimentos do governo federal de R\$ 1,2 mil em infra-estrutura e quase R\$ 13 mil para a obtenção do

imóvel. Mas este custo do recurso fundiário, que em 1995 chegava perto de R\$ 20 mil, foi caindo à medida em que aumentava a escala do programa, aproximando-se de R\$ 8 mil em 1999. Com uma estimativa bem conservadora, de 3 ocupados por família assentada, conclui-se facilmente que ainda não foi inventada política pública mais barata da qual possam brotar tantas novas oportunidades de geração de renda, além de tanta distribuição de ativos.

Só se pode lamentar, então, que nos últimos 5 anos apenas 2,5% da área total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros tenha sido transferida de perdulárias fazendas para os sítios familiares. Nesse período, o patrimônio fundiário dos sítiantes aumentou quase 7%, enquanto o dos grandes domínios diminuiu 4%. Não há como disfarçar, portanto, que um programa de assentamentos dessas proporções nem possa ser considerado reforma agrária. Basta compará-lo, por exemplo, à reforma japonesa, que em dois anos transferiu para trabalhadores rurais um terço da área total dos estabelecimentos, beneficiando 4 milhões de famílias. Mesmo assim há políticos que atacam o governo FHC porque ele estaria realizando "a maior e mais cara reforma agrária do mundo". E não são cariocas.